



**PARECER DO CONSELHO DE AUDITORIA  
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS  
DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA  
EXERCÍCIO DE 2016**

1. Em cumprimento do disposto na alínea e) do nº 2 do artigo 17º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), aprovados pelo Decreto-Lei nº 235/2008, de 3 de dezembro<sup>1</sup>, o Conselho de Auditoria apresenta o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2016.
2. O Conselho de Auditoria acompanhou, durante o exercício findo, a evolução da atividade da SCML e dos seus Departamentos, através da apreciação da documentação financeira e outra referente à atividade que foi rececionando e das atas das sessões da Mesa que apreciou nas suas reuniões mensais. Além disso, foram realizados diversos pedidos de esclarecimentos e efetuadas algumas reuniões com os membros da Mesa e outros responsáveis de alguns Departamentos e Gabinetes no sentido de se informar sobre a atividade desenvolvida.
3. No final do exercício, o Conselho de Auditoria analisou o Relatório de Gestão e Contas de 2016, que lhe foi apresentado, na sua versão final, pela Mesa, no dia 23 do corrente mês de março, o qual inclui as demonstrações financeiras da SCML (balanço, demonstração dos resultados por naturezas, demonstração da alteração dos capitais próprios, demonstração dos fluxos de caixa e correspondentes anexos).

Neste documento, são apresentadas as contas do exercício de 2016 da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Departamento de Ação Social e Saúde (DASS), Departamento de Qualidade e Inovação, Departamento de Empreendedorismo e Economia Social, Departamento de Gestão Imobiliária e Património, Unidade de Cuidados Continuados Integrados Maria José Nogueira Pinto, Hospital Ortopédico de Sant'Ana, Serviços Instrumentais, Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão (CMRA) e Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA).

Este Conselho também analisou o Relatório de Contas de 2016 do Departamento de Jogos (DJ), que mereceu parecer favorável do Conselho de Jogos no dia 27 do corrente mês de março. O Relatório de Contas de 2016 do DJ foi aprovado, na sequência de deliberação da Mesa de 16 de março de 2016.

---

<sup>1</sup> Os estatutos foram alterados pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro.



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

4. Como tem sido prática nos últimos anos, o Relatório de Gestão e Contas integra uma análise muito detalhada das atividades desenvolvidas pelas várias estruturas da SCML no ano de 2016. Até à presente data, não foi remetido o relatório de sustentabilidade, cuja elaboração teve início no ano económico de 2013, sendo o último conhecido o de 2015.
5. O Conselho de Auditoria inteirou-se das ações (auditorias e verificações) concluídas pelo Gabinete de Auditoria Interna no ano de 2016, revendo-se nas conclusões e recomendações apresentadas, que visam a melhoria do sistema de controlo interno e dos sistemas de informação e da gestão de ativos da SCML, apesar da redução de efetivos registada neste ano (média anual de três efetivos em vez dos seis previstos). Esclareceu-se ainda sobre os trabalhos desenvolvidos pelos Auditores Externos, apoiou-se nos relatórios por si emitidos em 29 de março (DJ, CMRA, ESSA, serviços centrais e “consolidado”) e revendo-se nas ênfases apresentadas, apesar de não ter tido, ainda, acesso às recomendações formuladas aos serviços da SCML em sede de controlo interno (nos designados “memorandos técnicos de auditoria”). Procedeu também à revisão das situações mencionadas nos pareceres do Conselho de Auditoria sobre as contas dos exercícios anteriores.
6. Em 31 de dezembro de 2016, o número de trabalhadores da SCML totalizava, segundo o relatório de gestão e contas, os 4.992 (74% do sexo feminino), traduzindo um aumento de 5 efetivos face a 2015. Comparativamente com 2015 e, a nível dos grupos profissionais, destacam-se os aumentos observados nos técnicos superiores (+ 34), no pessoal dirigente (+30) e no pessoal administrativo (+15). Em sentido contrário, salienta-se a redução do número de efetivos do grupo de pessoal auxiliar (-54).

O DASS é o departamento com mais trabalhadores afetos (2.947 efetivos, isto é, cerca de 59% do total).

O contrato individual de trabalho continua a ser o vínculo laboral dominante (4.324 efetivos, o que equivale a 86,6% do total dos trabalhadores). À semelhança da tendência registada em anos anteriores, o número de trabalhadores em funções públicas (quadro residual) voltou a diminuir (de 701 em 2015 para 628 em 2016).

Quanto aos prestadores de serviços o seu número aumentou para 677 face a 2015 (+ 255), maioritariamente ajudantes familiares (539) e amas (69), o que foi justificado pela opção por este tipo de contratação direta em vez do recurso a empresas de trabalho temporário.





7. Em 31 de dezembro de 2016, o património imobiliário gerido pela SCML totalizava os 623 imóveis (472 prédios urbanos e 151 prédios rústicos), traduzindo uma redução de 16 prédios urbanos em relação ao final de 2015. Deste universo de imóveis apenas 95 estavam afetos à atividade, estando os restantes 528 afetos ao investimento.

A SCML possuía ainda 120 imóveis arrendados/cedidos por outras entidades à atividade.

Por seu turno, o “Fundo de Investimento Imobiliário Fechado - Santa Casa 2004”, subscrito, na íntegra, em 2004, pela instituição, com o propósito de garantir a salvaguarda da titularidade do património afeto ao Fundo e o controlo da sua gestão, integrava vários imóveis e apresentou, em 2016, um valor de 9,28 milhões de euros.

Em dezembro de 2014 a Mesa da SCML havia deliberado a liquidação do Fundo até final de 2015. Nesta data, o processo ainda não foi concluído, apesar de 3 imóveis já terem sido transferidos para a posse da Santa Casa, o que justifica a redução do valor indicado face a 2015 (que era de 23,97 milhões de euros).

8. Pela análise efetuada a partir dos estudos atuariais levados a efeito por entidades independentes das responsabilidades com benefícios de reforma a que por lei a SCML está obrigada, observa-se que o justo valor dos ativos do Fundo de Pensões da SCML se reduziu durante 2016 em, aproximadamente, 1,3 milhões de euros, sendo que, no fim do ano de 2016, era inferior em cerca de 4,16 milhões de euros, na SCML, e em 1,05 milhões de euros no DJ, às responsabilidades presentes da obrigação com complementos de pensões para que foi constituído. Trata-se de uma evolução que requer acompanhamento e cuja análise poderá determinar um eventual reforço adicional do património do Fundo.
9. No que em particular respeita às contas da SCML relativas ao exercício de 2016, consideramos de destacar o seguinte:

- 9.1. O resultado líquido de 2016 registado nas contas da SCML, sem Departamento de Jogos, situou-se nos 21,13 milhões de euros face aos 5,78 milhões de euros registados no final do exercício de 2015. Este resultado foi consequência de se ter verificado um aumento de 15,24 milhões de euros nos resultados operacionais de 2016.

A determinar o comportamento dos resultados operacionais entre o exercício de 2015 e 2016, salienta-se, como principais fatores, a redução do valor das *vendas e serviços prestados* de 3,6 milhões de euros, compensada em parte pela redução do custo das vendas em 532,8 milhares de euros e das *provisões* em 5,96 milhões de euros, pelo aumento dos *outros rendimentos e ganhos* (+25,5 milhões de euros) afetado em parte pelo aumento dos *gastos com o pessoal* (+1,8 milhões de euros).



*[Handwritten signatures]*

Note-se que os *outros rendimentos e ganhos* incluem o remanescente dos resultados distribuídos pelos Jogos, depois de deduzido o valor atribuído à ação social desenvolvida pela SCML no âmbito do Protocolo celebrado com o Instituto da Segurança Social no final de 2013.

- 9.2. Por sua vez, os resultados obtidos pelo DJ apresentam em 2016 um aumento de 74,1 milhões de euros. O resultado líquido global deste Departamento atingiu, neste exercício, os 675,47 milhões de euros, face aos 601,37 milhões de euros observados no final do ano de 2015 e foi obtido com base em 756,99 milhões de euros de vendas líquidas de jogos sociais (673,7 milhões de euros em 2015). Para o volume de vendas registado em 2016, contribuíram os seguintes jogos: o totobola com 0,33%, o totoloto com 4,0%, o *joker* com 1,12%, o euromilhões com 28,1%, a lotaria clássica com 1,7%, a lotaria popular com 0,84%, a lotaria instantânea com 49,0% (jogo que tem registado o maior crescimento nos últimos quatro anos), as apostas desportivas à cota com 13,9% e o Totosorteio com 1,01%.

A lotaria instantânea afirmou-se, pois, como a principal fonte de recursos da SCML enquanto o euromilhões permaneceu na segunda posição.

10. Dos resultados apurados pelo DJ no exercício de 2016 coube à SCML 193,2 milhões de euros (174,49 milhões de euros, em 2015) - valor que inclui 8,03 milhões de euros de prémios caducados (9,24 milhões de euros, em 2015) - e ao CMRA 2,6 milhões de euros (3,03 milhões de euros, em 2015).
11. A diferença entre o resultado apurado (675,47 milhões de euros) e o resultado atribuído aos beneficiários (664,37 milhões de euros) corresponde a valores retidos para reforço dos fundos legalmente exigidos no montante de 11,1 milhões de euros (Fundo de renovação de equipamento e material).
12. Com início em 2013, procurando dar tradução contabilística a um Protocolo celebrado em finais desse ano com o Instituto da Segurança Social (ISS), as contas da SCML passaram a evidenciar, como prestação de serviços, o valor atribuído à ação social desenvolvida pela SCML e *faturada* à Segurança Social com base numa tabela de preços interna pelo montante que excede o valor participado pelo utente, considerando-se a SCML ressarcida pelos montantes que lhe estão atribuídos por lei na distribuição que já lhe competia dos resultados dos jogos sociais. Por esse ressarcimento são emitidos recibos ao ISS procurando dar assim acolhimento às cláusulas constantes do referido Protocolo. Como consequência, o valor dos serviços prestados teve um incremento em 2013 correspondente a esta alteração contabilística e o valor dos resultados recebidos do DJ a título da distribuição fixada por lei, traduz-se na demonstração dos resultados por diferença. Para





*[Handwritten signatures and initials]*

clarificar a comparabilidade dos rendimentos proporcionados pelos jogos sociais entre 2012 e 2013, que representa uma quebra na série estatística de vários anos, a SCML incluiu na Nota 37.1 do Anexo de 2013 para melhor explicitar o enquadramento contabilístico da alocação direta de parte dos resultados dos jogos à cobertura das prestações sociais não suportadas pelos utentes objeto de Protocolo celebrado com o ISS contabilizadas na rubrica de prestação de serviços. O Conselho de Auditoria recomendou então que o procedimento contabilístico fosse revisto, para futuro, por forma a acomodar as consequências da outorga do Protocolo, que contempla essa alocação, sem prejuízo da explicitação da totalidade dos rendimentos proporcionados pelos Jogos Sociais, respeitando a série longa em que têm sido explicitados na Demonstração dos resultados.

O assunto foi reapreciado pela SCML tendo sido obtido inclusive parecer de auditor externo independente. Pelo contacto que estabelecemos *a posteriori* com os autores do parecer, e embora reconheçam tratar-se de uma opção possível com algumas debilidades assinaladas, recolhemos a confirmação da adequação do procedimento que passou a vigorar. Continuamos a entender, à semelhança de anos anteriores, que o assunto poderá ser revertido no futuro se a segurança do procedimento a adotar face ao respetivo suporte documental o aconselhar e a evolução que se prevê no quadro da evolução da legislação o impuser.

De qualquer modo, a avaliação dos parâmetros em que se fundamenta a análise da sustentabilidade da ação social da SCML (vide adiante o ponto 17 deste Parecer) passou a partir do Protocolo a ter que contar, para além dos limites que naturalmente decorrem da geração dos fluxos financeiros proporcionados pelos resultados dos Jogos, com os efeitos dos compromissos que venham a decorrer da aplicação deste Protocolo, nomeadamente o seu enquadramento previsto no nº 6 da Cláusula 8ª do Protocolo, para o que seria importante a elaboração dos Relatórios de execução anuais previstos na Cláusula 10ª.

13. Quanto à execução orçamental, constante da nota 40.2. do Anexo, verifica-se que ocorreu um desvio positivo, face ao orçamentado, nos *outros rendimentos e anhos* (+54,8%) e uma redução das *despesas correntes* de 4,3% em relação ao orçamento, o que originou um desvio positivo do saldo corrente de cerca de 37,2 milhões de euros face ao orçamento, sendo que este saldo apresentou uma evolução positiva face ao ano anterior superior a 18,65 milhões de euros.

A composição das *receitas correntes* face às receitas orçamentadas reflete a situação descrita no ponto 12 supra.

Quanto às *despesas correntes*, assumem relevância a rubrica de *fornecimentos e serviços externos*, que representa 26,3% do total dos gastos, cujo peso tem vindo a reduzir-se em



*[Handwritten signatures]*

relação aos exercícios anteriores, registando também uma melhoria de 11,7% face ao orçamento. A rubrica de *gastos com o pessoal* (57,4% dos gastos) apresenta um agravamento mínimo de 0,6% face ao orçamento (correspondendo a 690 milhares de euros).

14. Em termos de contratação externa, os serviços da SCML continuaram a proceder à regularização da publicitação de contratos de anos anteriores no *Portal Base* dos contratos públicos ([www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt)), na linha de recomendações formuladas por este Conselho. Em 2016, foram publicados 330 procedimentos, num total de cerca de 22,7 milhões de euros, referentes a contratação realizada nos anos de 2012 a 2015 (em especial pelo HOSA e CMRA).

De acordo com informação da SCML, apenas existem, nesta data, 15 procedimentos (200 mil euros), de 2016, por publicitar, situação que deverá ser resolvida em breve.

Quanto à contratação de 2016 e de acordo com dados constantes no *Portal Base*, foram publicitados pela SCML contratos de empreitadas e de bens e serviços, num total de 114,26 milhões de euros, abrangendo 478 procedimentos, nos termos a seguir resumidos:

TIPO PROCEDIMENTOS	Nº PROCEDIM.	% PROCEDIM.	PREÇO CONTRATUAL (€)	PREÇO CONTRATUAL (%)
AJUSTE DIRETO	364	76,2%	22.353.783,55	19,6%
CONCURSO PÚBLICO	113	23,6%	89.660.797,36	78,5%
CONC. LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO	1	0,2%	2.250.000,01	1,9%
<b>TOTAL</b>	<b>478</b>	<b>100,0%</b>	<b>114.264.580,92</b>	<b>100,0%</b>

Da análise do quadro anterior (de acordo com a referida fonte de informação) e, comparativamente com os anos antecedentes, verifica-se uma progressiva redução do peso dos ajustes diretos (que são procedimentos menos abertos à concorrência), em especial face ao valor de adjudicação total (em 2016, representam apenas 19,6%).

Sobre esta matéria, o Conselho de Auditoria tem sugerido à Mesa e aos serviços competentes da SCML a adoção de medidas e de práticas que assegurem um processo de contratação mais racional, objetivo e com reforço da publicidade e da concorrência.

15. Por outro lado, o Conselho de Auditoria tem vindo a recomendar reiteradamente nos seus Pareceres sobre as contas anuais da SCML, que se empreenda uma profunda reformulação do tipo de relatório que deverá passar a acompanhar as contas consolidadas e que poderia evoluir para um tipo de Relatório de Gestão mais sintético, virado para o exterior da Instituição em alternativa a um Relatório de Atividades demasiado detalhado (o atual tem mais de 350 páginas) e de pendor interno.

**Conselho de Auditoria**

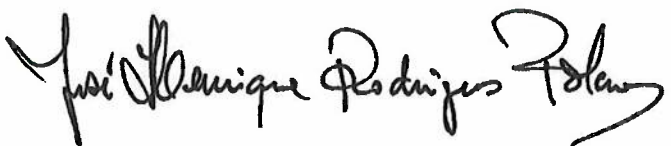
16. Também entendemos que desse relatório deverá fazer parte um capítulo com a análise da posição financeira, apreciação sobre a evolução dos resultados obtidos e análise da respetiva execução orçamental, detalhada por departamento, matérias que, à exceção da análise do controlo orçamental global efetuada no Anexo, ainda estão ausentes do atual Relatório a que se reporta a presente prestação de contas.
17. O Conselho de Auditoria regista, ainda, com agrado que, das reuniões havidas com a Mesa, recolheu das palavras do seu Provedor a clara adesão à preocupação com a sustentabilidade que deverá ser assegurada, para que a necessária e legítima premência da expansão das respostas sociais proporcionadas pela SCML seja concebida e projetada dentro de um cenário prudente quanto à evolução dos resultados dos Jogos Sociais, por forma a acautelar a sua sustentabilidade futura compatível com as formas de financiamento disponíveis.

**18. PARECER**

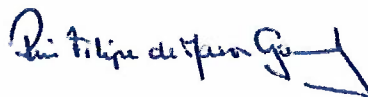
Face ao acima exposto, com as ênfases constantes dos Relatórios de Auditoria elaborados pelos Auditores Externos que nos foram presentes e com os quais concordamos, o Conselho de Auditoria exprime o seu parecer favorável à aprovação das contas e da proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2016.

Lisboa, em 31 de março de 2017.

O Conselho de Auditoria,



Presidente: José Henrique Rodrigues Polaco



Vogal: Rui Filipe de Moura Gomes



Vogal: Joaquim Manuel da Silva Neves